

ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO ASSESSOR GERAL

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 09
MATEMÁTICA	10 a 13
INFORMÁTICA	14 a 17
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS E GOIÂNIA	18 a 20
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	21 a 26
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	27 a 60

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Coração é terra que ninguém vê.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, solicite ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **60 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. Dupla marcação resulta em anulação da questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado. Os candidatos terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão colocar suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova, entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

Língua Portuguesa

Leia o Texto 1 para responder às questões de 01 a 07.

Texto 1

Por que mulheres só hoje conquistam o direito de dirigir na Arábia Saudita?

A partir de hoje, mulheres terão o direito de dirigir na Arábia Saudita, o único país no mundo que ainda possuía esta restrição. Com uma proposta de modernização do país, o rei Salman bin Abdulaziz Al Saud anunciou mudanças significativas no conservador e islâmico reino saudita, entre elas, a instalação do primeiro cinema do país, a permissão para mulheres frequentarem estádios de futebol e, a principal delas, a concessão de licença de direção às sauditas. Apesar da ampla aprovação à medida, o principal questionamento em relação a ela é: afinal, por que a mudança agora?

A Arábia Saudita é um dos países que mais restringem a liberdade feminina – mesmo quando comparado a seus vizinhos do Oriente Médio. Embora não haja no Alcorão um texto que proíba as mulheres de dirigirem, a ausência de citação ao tema é interpretada como um sinal de que aquilo não deve ser permitido. Segundo as leis do país, os direitos das mulheres sauditas são largamente dependentes do consentimento de parentes próximos masculinos. A “segregação de gênero” é aplicada no país segundo a interpretação saudita da Sharia e, como consequência, as mulheres só podem frequentar certos espaços públicos mistos quando acompanhadas por um homem da família – normalmente pai, irmão, marido ou filho. Vestimentas que cubram a maior parte do corpo também são obrigatórias tanto para homens quanto mulheres. Para elas, a vestimenta mais comum em público é a abaya, que deixa à mostra apenas os olhos e as mãos.

Embora o veto que existia até hoje para que mulheres pudessem dirigir não estivesse escrito em qualquer lei do reino, as normas sociais envolvendo as limitações públicas impostas a elas serviam de empecilho para a concessão de carteiras de motoristas a elas. Entre as justificativas mais comuns para a denegação do direito estavam o fato de que dirigir exige que o rosto esteja descoberto, que a mulher acabaria podendo sair mais vezes de casa, que elas poderiam entrar em contato com homens desconhecidos em caso de acidentes de trânsito, além da própria erosão da lógica da segregação de gênero. Mulheres pegadas dirigindo geralmente eram levadas para interrogatório e assinavam um documento se comprometendo a nunca mais dirigir. Porém, em 2011, uma mulher de Jeddah que foi flagrada dirigindo foi condenada a receber dez chibatadas.

Desde os anos 1990, movimentos sociais buscavam o direito de mulheres dirigirem no país. Naquela década, um protesto com mais de 40 mulheres que dirigiram pelas vias públicas de Riad (a capital da Arábia Saudita) terminou com essas mulheres presas e com seus passaportes confiscados, muitas delas também perderam o emprego em decorrência do ato.

Já em 2008, as mulheres realizaram uma petição e entregaram ao rei Abdullah pedindo o direito de conduzirem veículos, sem sucesso. No mesmo ano, no Dia Internacional da Mulher, a ativista pelo direito das mulheres sauditas, Wajeha al-Huwaider, gravou um vídeo dirigindo por uma estrada rural – onde mulheres podem dirigir exclusivamente para fins de subsistência, assim como no deserto – no qual clamava pelo direito universal feminino de condução de veículos em todo o reino. Wajeha juntamente com Manal al-Sharif se tornaram símbolo da causa.

Por diversas vezes esses movimentos ativistas foram suprimidos pelo governo, que ameaçava não só as mulheres que participa-

vam dos protestos, mas todos aqueles que as apoiavam. A mudança era, portanto, inesperada e causou surpresa ao ser anunciada.

A Arábia Saudita possui forte dependência econômica do petróleo. A baixa nos preços do commodity tem obrigado o país a buscar outras formas de sustento. Por conta disso, o príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, apresentou o Saudi Vision 2030, um projeto de modernização do reino que visa obter renda através do entretenimento, do turismo e da inserção internacional – nos moldes da modernização realizada pelos Emirados Árabes Unidos e pelo Qatar nas últimas décadas.

“Nossa nação possui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”, diz o texto do projeto. “Nosso país é rico em seus recursos naturais. Não dependemos apenas do petróleo para nossas necessidades energéticas”.

Essa proposta de modernização com objetivo de inserção internacional foi a força motriz que levou à permissão de conduzir para as mulheres do reino árabe, segundo explica a mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Claudia Santos. “O príncipe respalda sua decisão em um aspecto econômico. Ao deixar as mulheres dirigirem ele não menciona os esforços das mulheres que lutaram tantos anos por isso, apesar do movimento na Arábia Saudita ser relativamente antigo. Ele pensa nos ganhos econômicos que isso trará, principalmente com mulheres trabalhando com isso. Além de também ser uma pressão internacional”.

A pressão internacional pela melhora na questão de igualdade de gênero no país teve início nos movimentos de ativistas. O envio de petições ao rei e os protestos com mulheres dirigindo chamou a atenção da comunidade internacional para diversas práticas sauditas que violam as convenções de direitos humanos.

De acordo com a ativista de direitos das mulheres na Arábia Saudita, Hala Al Dosari, tanto a atenção atraída por esses movimentos quanto o projeto de modernização e busca por investimento externo do príncipe contribuíram para a mudança mais emblemática na Arábia Saudita até o momento. A flexibilização dos direitos femininos é uma necessidade se o país realmente quiser se lançar na esfera internacional, segundo Hala.

“O reino quer mostrar que ele é o agente e líder da mudança. Ele não quer que ninguém critique ou desafie seu dever, então ele controla essa mudança”, explica. Hala conta que existe um esforço para tentar silenciar todos aqueles que exigem mudanças na sociedade, incluindo as ativistas, enquanto o governo conduz a modernização. “Há uma mensagem à comunidade saudita de que o ativismo não funciona. Então, a lógica é de que se a mudança tem que acontecer, ela virá apenas do [Governo do] reino”.

Hala enfatiza que apesar do fim da proibição estar ocorrendo, há poucos dias 17 mulheres sauditas foram presas sob a acusação de traição e tentativa de desestabilização do reino. O motivo real: protestos pela igualdade de direitos. Entre as detidas estão manifestantes conhecidas e que participaram dos movimentos de rebeldia ao dirigirem nas ruas da Arábia Saudita.

Ainda que a permissão de condução seja uma grande conquista, a quantidade de proibições sobre as mulheres continua enorme.

Outra grande luta local é pelo fim da obrigação do chamado “guardião”. Segundo a lei, toda mulher necessita de um guardião do sexo masculino que seja um parente próximo e que lhe conceda autorização expressa para praticamente todo ato.

MARINS, Carolina. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-mulheres-so-hoje-conquistam-direito-de-dirigir-na-arabia-saudita/>>. 2018. Acesso em: 23 jul. 2018. (Adaptado).

— QUESTÃO 01 —

A origem da proibição para que as mulheres sauditas dirigissem é de natureza

- (A) religiosa.
- (B) cultural.
- (C) jurídica.
- (D) familiar.

— QUESTÃO 02 —

Um fator linguístico auxiliou na implementação da proibição para as mulheres dirigirem. Esse fator diz respeito a uma

- (A) leitura equivocada de um texto religioso que lista os atos inacessíveis às mulheres.
- (B) interpretação ampliada da lei que determina os direitos das mulheres sauditas.
- (C) leitura pressuposta inversa ao ditado brasileiro de que “quem cala consente”.
- (D) interpretação fiel da lei civil saudita que prevê a “segregação de gênero”.

— QUESTÃO 03 —

O trecho “Nossa nação possui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”, para agregar mais precisão, informatividade e formalidade ao texto, deve ter a seguinte reescrita:

- (A) “Nossa nação detém forte capacidade de investimento, a qual aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (B) “Nossa nação possui forte capacidade de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (C) “Nossa nação atribui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (D) “Nossa nação almeja fortes capacidades de investimento, a qual aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.

— QUESTÃO 04 —

Infere-se do texto que a permissão para a mulher saudita dirigir decorreu

- (A) do desejo de luta dos movimentos sociais contra a segregação de gênero.
- (B) da conscientização dos políticos a respeito da igualdade de direitos.
- (C) do papel da mulher na cadeia produtiva da sociedade contemporânea.
- (D) da pressão das instituições internacionais de direitos humanos.

— QUESTÃO 05 —

Para convencer o leitor a respeito do rigor envolvido na proibição de dirigir, a autora usa o argumento

- (A) da voz de autoridade, representado pela menção ao nome do rei.
- (B) do ridículo, configurado na necessidade de guardião para as mulheres.
- (C) da citação, demonstrada pelos trechos do projeto de modernização saudita.
- (D) do extremo, representado pelo relato de punições físicas e sociais.

— QUESTÃO 06 —

A palavra que foge a qualquer regra de formação do plural de “guardião” é:

- (A) concessão.
- (B) cidadão.
- (C) restrição.
- (D) vulcão.

— QUESTÃO 07 —

A frase interrogativa no título e no primeiro parágrafo tem função

- (A) retórica, pois representa o espanto da autora com a inusitada decisão do governo saudita.
- (B) de transferir para o leitor a responsabilidade de inferir o motivo da permissão para dirigir concedida às mulheres sauditas.
- (C) enfática, pois é usada para chamar a atenção do leitor para o assunto tratado no texto.
- (D) de contribuir para o desenvolvimento do tema, organizado de modo a explicar os motivos da permissão para dirigir.

Releia o texto 1 e leia o texto 2 para responder às questões 08 e 09.

Texto 2



Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2011/06/29/cinco-mulheres-sao-presas-por-dirigir-na-arabia-saudita/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

— QUESTÃO 08 —

A fotografia data de 2011 e nela uma mulher saudita ultrapassa o regime então vigente e dirige um carro. Para isso, ela

- (A) baseia-se em estereótipos visuais relativos à identidade do homem árabe.
- (B) faz um protesto humorístico, acrescentando um bigode à sua vestimenta tradicional.
- (C) recorre a autorizações extraordinárias relativas às questões de trabalho e sobrevivência.
- (D) comporta-se como uma ativista disposta a lutar pelo seu direito de ir e vir.

— QUESTÃO 09 —

Quanto ao processo que levou à liberação do seu direito de dirigir, a atitude da mulher saudita da fotografia revela

- (A) o completo controle do regime oficial sobre a vontade feminina.
- (B) o apoio dos homens sauditas à igualdade de direitos.
- (C) a erosão gradativa da lógica da segregação de gênero.
- (D) a falta de ressonância das vozes ativistas na luta pelos direitos humanos.

— RASCUNHO —

Matemática

— QUESTÃO 10 —

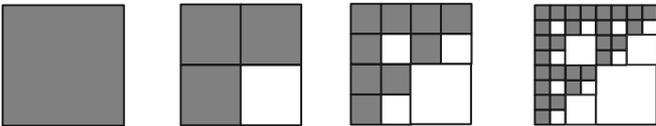
Segundo dados do IBGE, apresentados em uma reportagem [Disponível em: *Correio Brasiliense*, 15. Jul. 2018, p. 18], a estimativa para a produção da safra nacional de 2018 é de um volume de 227,9 milhões de toneladas, com estimativa de utilização de 61,2 milhões de hectares. Entre as leguminosas e oleaginosas, o arroz e o milho, juntos, somam 92,8% da produção e ocupam 87% da área a ser colhida.

De acordo com essas informações, a produtividade média, em toneladas por hectare, que o arroz e o milho terão, juntos, na safra de 2018, será de:

- (A) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^2 \times 5 \times 17}$
- (B) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^3 \times 5 \times 17}$
- (C) $\frac{2^3 \times 43 \times 53}{3^2 \times 5^2 \times 17}$
- (D) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^3 \times 5^2 \times 17}$

— QUESTÃO 11 —

Analise a sequência de figuras, cujos elementos iniciais são descritos a seguir.



Considerando essa sequência, o número de quadrados hachurados, que se encontram em cada etapa dessa sequência, forma uma progressão

- (A) geométrica de razão 9.
- (B) aritmética de razão 3.
- (C) aritmética de razão 9.
- (D) geométrica de razão 3.

— QUESTÃO 12 —

Três amigos, João, César e Antônio, criaram uma empresa de prestação de serviços logo após se formarem na faculdade. Para fundar a empresa, João entrou com um capital de R\$ 15.000,00, César com R\$ 21.000,00 e Antônio com R\$ 24.000,00. Alguns anos depois, a empresa fundada por eles tinha um valor de mercado de R\$ 500.000,00, e Antônio decidiu vender a sua parte para os outros dois amigos, por um valor proporcional ao valor que foi investido na época da fundação da empresa. João e César decidiram que dividiriam entre si o valor a ser pago a Antônio, de modo que ambos passassem a ter 50% do capital da empresa.

Desta forma, o valor que João pagaria para Antônio seria de:

- (A) R\$ 125.000,00
- (B) R\$ 150.000,00
- (C) R\$ 175.000,00
- (D) R\$ 200.000,00

— QUESTÃO 13 —

Um comerciante possui uma pequena empresa que trabalha com a fabricação e venda de tortas, salgados e doces. O preço de um salgado e um doce corresponde ao preço de uma torta mais R\$ 20,00. Em determinado mês, ele produziu 50 tortas, 90 salgados e 40 doces, obtendo um faturamento de R\$ 7.950,00. Devido à crise financeira, o comerciante passou a vender a torta e o doce com 20% de desconto e o salgado com 30% de desconto, tendo vendido em um mês 60 tortas, 100 salgados e 150 doces, com um faturamento de R\$ 10.730,00.

Nessas condições, o preço da torta, sem o desconto de 20%, era:

- (A) R\$ 35,00
- (B) R\$ 45,00
- (C) R\$ 60,00
- (D) R\$ 80,00

Informática**— QUESTÃO 14 —**

Seja o aplicativo para planilha eletrônica Microsoft Excel, que foi instalado em Português, em que a vírgula é o caractere decimal. Considere que a célula B1 possui a expressão

=SE(A1<1000;A1*1,1;A1*1,2)

Se a célula A1 possuir o valor 1100, então a célula B1 terá o valor

- (A) 880
- (B) 990
- (C) 1210
- (D) 1320

— QUESTÃO 15 —

A criptografia é um mecanismo que busca garantir a segurança da informação. A criptografia de chave pública utiliza criptografia

- (A) simétrica de chave única, que serve para criptografar e para descriptografar a mensagem.
- (B) simétrica de duas chaves, e ambas servem para criptografar e para descriptografar a mensagem.
- (C) assimétrica de duas chaves, em que uma chave é pública e a outra chave é privada.
- (D) assimétrica de duas chaves, em que ambas são chaves públicas.

— QUESTÃO 16 —

Os dispositivos de comunicação de dados referem-se a equipamentos para o uso e controle de uma rede de computadores, visando promover a comunicação entre os componentes participantes da rede. Dois dispositivos físicos de comunicação são:

- (A) roteador e switch.
- (B) protocolo e roteador.
- (C) switch e TCP/IP.
- (D) TCP/IP e Internet.

— QUESTÃO 17 —

No sistema Windows, a nomeação de arquivos e pastas obedece a algumas regras para tornar um nome válido. Nesse sentido, os nomes de

- (A) arquivos limitam extensões de até dois caracteres.
- (B) pastas podem conter letras minúsculas e números.
- (C) pastas podem ter extensões, mas seu tamanho é limitado em dois caracteres.
- (D) arquivos podem conter qualquer caractere especial disponível a partir do teclado.

— RASCUNHO —

História e Geografia de Goiás e Goiânia**— QUESTÃO 18 —**

Na história brasileira, o período de 1964 a 1985 caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime imposto. Em Goiás, vários segmentos da sociedade, como sindicatos, universidades, movimentos estudantis, organizações sociais e outros, sofreram repressão e tiveram direitos suspensos. Este período da história ficou conhecido como:

- (A) República Oligárquica.
- (B) Marcha para o Oeste.
- (C) Estado Novo.
- (D) Ditadura Militar.

— QUESTÃO 19 —

Independente de onde está localizado, constitui-se patrimônio histórico e cultural um local considerado valioso para a humanidade. Entre os mais de seiscentos lugares eleitos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, atualmente, o Brasil possui quatorze espaços históricos creditados pela Unesco. No ano de 2001, que centro histórico de Goiás recebeu este título?

- (A) Pirenópolis.
- (B) Cidade de Goiás.
- (C) Santa Cruz de Goiás.
- (D) Corumbá de Goiás.

— QUESTÃO 20 —

No ano de 2017, o livro *Tropas e Boiadas* completou cem anos de sua primeira edição em 1917. Trata-se de um livro de contos regionalista que apresenta a linguagem dos tropeiros e vaqueiros dos sertões de Goiás e do Brasil. É também, de alguma forma, um pouco da vida intensa e melancólica de seu autor. Trata-se de:

- (A) Bernardo Élis.
- (B) José J. Veiga.
- (C) Hugo de Carvalho Ramos.
- (D) Carmo Bernardes.

— RASCUNHO —

Legislação Específica

— QUESTÃO 21 —

A Câmara Municipal exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município de Goiânia e das entidades da administração direta, indireta e fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação dos recursos e das subvenções e à renúncia de receitas. Sobre esta competência, a Lei Orgânica do Município de Goiânia dispõe que:

- (A) o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, relativo às contas do Prefeito, vincula-se às decisões da Câmara Municipal.
- (B) as contas anuais do Prefeito deverão ficar no recinto da Câmara Municipal durante sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.
- (C) a comunicação ao Tribunal de Contas dos Municípios de qualquer irregularidade será feita após a sua imediata constatação.
- (D) as contas do Município são desvinculadas das contas da Câmara Municipal.

— QUESTÃO 22 —

De acordo com as proposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a iniciativa das leis complementares é restrita ao vereador, à Mesa, às Comissões da Câmara e ao Prefeito.
- (B) a iniciativa dos projetos de lei é de competência privativa do vereador, da Mesa, das Comissões da Câmara e do Prefeito.
- (C) a Resolução regula matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, de sua competência privativa, não sujeita à sanção do Prefeito.
- (D) a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de 5% do eleitorado de Goiânia.

— QUESTÃO 23 —

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia,

- (A) o requerente, por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado, poderá apresentar recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.
- (B) a jornada normal de trabalho do servidor público municipal, exceto os casos previstos em lei, será de quarenta horas semanais.
- (C) o servidor nomeado em virtude de concurso público é estável, após três anos de efetivo exercício.
- (D) o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito ao estágio probatório por um período de dois anos.

— QUESTÃO 24 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Goiânia, é de competência do Município:

- (A) legislar sobre normas processuais civis ou penais.
- (B) legislar sobre zoneamento urbano.
- (C) revisar o Plano Diretor do Município de Goiânia.
- (D) gerenciar o transporte coletivo urbano.

— QUESTÃO 25 —

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a composição da Mesa da Câmara Municipal limita-se ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Primeiro, ao Segundo e ao Terceiro Secretários.
- (B) a eleição de renovação da mesa ocorre em sessão ordinária no primeiro dia da legislatura anual.
- (C) a recondução de membro da Mesa da Câmara Municipal para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura, é proibida.
- (D) a convocação das sessões extraordinárias é de competência da Mesa da Câmara Municipal.

— QUESTÃO 26 —

Do ponto de vista das Comissões que compõem a Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia emite pareceres nos processos de julgamento das contas do Prefeito e manifesta-se sobre as matérias quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
- (B) a Comissão de Constituição, Justiça e Redação restringe-se a manifestar-se sobre projetos de leis que tratem de temas atinentes à organização da Administração Municipal.
- (C) as comissões temporárias manifestam-se sobre temas de duração exígua, haja vista a ausência de atribuições específicas destinadas a elas.
- (D) a Comissão de Obras e Patrimônio está limitada à fiscalização do andamento de obras públicas da Prefeitura de Goiânia.

Conhecimentos Específicos

— QUESTÃO 27 —

Quais são os elementos constitutivos de um Estado?

- (A) Clima, geografia e localização.
- (B) Povo, território e soberania.
- (C) Voto, democracia e cidadania.
- (D) Nação, cultura e idioma.

— QUESTÃO 28 —

O que é um Estado Federativo?

- (A) É um Estado governado politicamente e administrativamente por um governo central exclusivo.
- (B) É um Estado com unidades subnacionais autônomas política e administrativamente naquilo que lhe compete.
- (C) É um Estado que, em determinado momento, dá autonomia administrativa para as unidades subnacionais, podendo revogá-la a qualquer momento.
- (D) É um Estado que, em determinado momento, dá autonomia política para as unidades subnacionais, podendo revogá-la a qualquer momento.

— QUESTÃO 29 —

No plano diretor da reforma do aparelho do Estado de 1995, a expressão “aparelho do Estado” pode ser substituída por:

- (A) Administração pública lato sensu.
- (B) Nação.
- (C) Estado unitário.
- (D) Administração científica.

— QUESTÃO 30 —

O Estado possui basicamente três funções econômicas que são: a alocativa, a distributiva e a

- (A) integralizadora.
- (B) controladora.
- (C) condutora.
- (D) estabilizadora.

— QUESTÃO 31 —

De acordo com os artigos 2º e 4º, inciso III da Lei municipal nº 9.861/2016, formular alegações e apresentar documentos que serão objetos de consideração pelo órgão competente antes da decisão, salvo disposição específica, referem-se diretamente ao princípio

- (A) da eficiência.
- (B) da ampla defesa.
- (C) da motivação.
- (D) da publicidade.

— QUESTÃO 32 —

Qual é o principal aparato normativo da auto-organização administrativa do município?

- (A) Lei de Diretrizes e Bases.
- (B) Lei de Licitações.
- (C) Lei Orgânica Municipal.
- (D) Lei Orçamentária Anual.

— QUESTÃO 33 —

O Poder Legislativo elabora as leis da União, dos estados e dos municípios. Em qual dessas instâncias o Poder Legislativo é bicameral?

- (A) No Distrito Federal.
- (B) Na União.
- (C) Nos Estados.
- (D) Nos Municípios.

— QUESTÃO 34 —

Segundo a teoria de administração pública, há no Brasil três formas de administrar o Estado. Quais são elas?

- (A) A administração científica, a administração pública tecnológica e a administração pública contingencial.
- (B) A administração pública financeira, a administração pública por contratos e a administração pública estatal.
- (C) A administração patrimonialista, a administração pública burocrática e a administração pública gerencial.
- (D) A administração conservadora, a administração pública liberal e a administração pública híbrida.

— QUESTÃO 35 —

Segundo a teoria de administração pública, existem diferentes formas de administrar o Estado, dentre elas, a Nova Gestão Pública, que tem como princípio:

- (A) a busca pelo estabelecimento do comportamento esperado para o servidor ou administrador público na forma de regulamentos exaustivos e fichas de descrição de cargos.
- (B) a procura pela inserção de medidas de contenção fiscal para um gerenciamento público voltado para os resultados.
- (C) o desejo de beneficiar pessoas próximas dos governantes por meio de práticas patrimonialistas e com a realização de atividades estatais por meio de contratos.
- (D) a busca da complexidade das ações do serviço público por meio do formalismo, da hierarquização e do controle rígido dos meios de se entregar o serviço público.

— QUESTÃO 36 —

Qual seria o papel do núcleo estratégico do aparelho do Estado previsto na reforma administrativa de 1995?

- (A) Definir as leis e as políticas públicas, exigindo o seu cumprimento.
- (B) Prestar serviços exclusivos do Estado, as chamadas “atividades exclusivas”.
- (C) Permitir a atuação do povo simultaneamente com outras organizações na entrega dos serviços públicos.
- (D) Contar com a atuação das empresas com atividades econômicas voltadas ao lucro, mas pertencentes ao Estado.

— QUESTÃO 37 —

Qual é o papel do Poder Legislativo no orçamento público?

- (A) Elaborar e promover contenção.
- (B) Executar e autorizar.
- (C) Programar e flexibilizar.
- (D) Fiscalizar e aprovar.

— QUESTÃO 38 —

Quais são os instrumentos do planejamento orçamentário público brasileiro?

- (A) Planejamento estratégico, planejamento tácito e planejamento operacional.
- (B) Lei de diretrizes e bases, plano de governo e plano de ação.
- (C) Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.
- (D) Orçamento fiscal, orçamento de investimento e orçamento da seguridade social.

— QUESTÃO 39 —

O que é o ciclo do Plano Plurianual?

- (A) É um ciclo de dois anos, independente do mandato do chefe do Poder Executivo.
- (B) É um ciclo que se inicia no segundo ano de mandato do chefe do Poder Executivo e vai até o fim do primeiro ano do mandato subsequente.
- (C) É um ciclo anual, independente do mandato do chefe do Poder Executivo.
- (D) É um ciclo que se inicia no segundo biênio do mandato do chefe do Poder Executivo e vai até o fim do primeiro biênio do mandato subsequente.

— QUESTÃO 40 —

A lei de responsabilidade fiscal determina que o resultado fiscal das contas públicas seja apurado segundo dois padrões. Quais são eles?

- (A) Resultado primário e Resultado nominal.
- (B) Resultado principal e Resultado secundário.
- (C) Resultado bruto e Resultado líquido.
- (D) Resultado total e Resultado parcial.

— QUESTÃO 41 —

A obrigatoriedade de realização de concurso público para ocupar cargos efetivos na administração pública é diretamente derivada de qual princípio fundamental?

- (A) A impessoalidade.
- (B) A eficiência.
- (C) A publicidade.
- (D) A moralidade.

— QUESTÃO 42 —

As atividades do Estado brasileiro podem ser divididas em dois tipos: as exclusivas e as não exclusivas, sendo as últimas aquelas nas quais, tanto o Estado quanto outras entidades, podem atuar. Quais são as atividades exclusivas do Estado?

- (A) O fornecimento de energia elétrica, o fornecimento de água e a instalação de bens.
- (B) Os serviços de saúde, os serviços de educação e a assistência social.
- (C) As atividades de fiscalização, as atividades de regulação e o policiamento.
- (D) A manutenção de rodovias, a criação de universidades e o fornecimento de transporte público.

— QUESTÃO 43 —

Na administração pública há vários tipos de concessões que podem ser realizadas pelos governos. Qual delas é a concessão do tipo patrocinada?

- (A) A concessão de serviços públicos de fiscalização com aplicação de multas e cobrança de impostos.
- (B) A concessão da administração de serviços de qualquer natureza desde que a administração pública seja usuária direta ou indireta de tais serviços.
- (C) A concessão de serviços que representem o poder de polícia do Estado.
- (D) A concessão de serviços públicos ou de obras públicas que envolvem pagamento em dinheiro do poder público, além das tarifas já pagas pelos usuários.

— QUESTÃO 44 —

Nos últimos anos, principalmente após a reforma administrativa de 1995, as parcerias público-privadas vêm sendo uma prática constante dos governos no Brasil. Qual é a principal finalidade da parceria público-privada?

- (A) Contratar o que a administração pública precisa para a execução de políticas públicas a preços de mercado.
- (B) Antecipar investimentos que exigiriam muito tempo para serem realizados com recursos públicos.
- (C) Contribuir para o aumento da capacidade burocrática e dos recursos humanos das instituições públicas.
- (D) Permitir a fiscalização das atuações do Estado na prestação de serviços públicos aos cidadãos.

— QUESTÃO 45 —

A administração burocrática é inspirada no modelo weberiano de burocracia. Quais são as principais características desse modelo de administração pública?

- (A) A busca pelo formalismo, a impessoalidade, a hierarquização e o rígido controle dos meios de se entregar serviços públicos.
- (B) A busca pela hierarquização, o ajuste fiscal sem controle dos meios de entrega dos serviços públicos.
- (C) A busca pela mensuração dos resultados da entrega dos serviços públicos, sem se importar com os meios utilizados.
- (D) A busca pela mensuração dos resultados, a concessão da autonomia gerencial aos dirigentes e a atribuição de responsabilidade pelo desempenho em suas unidades.

— QUESTÃO 46 —

Dentre as possibilidades de licitação na administração pública brasileira, uma delas é o pregão, muito utilizado em virtude de sua rapidez na condução do processo. Tal rapidez se dá por qual motivo?

- (A) Porque a fase de julgamento da habilitação é posterior a apresentação da proposta.
- (B) Porque a apresentação da proposta ocorre depois da fase de habilitação.
- (C) Porque a descrição dos elementos da proposta ocorre quando há contratação.
- (D) Porque a discussão da melhor técnica é feita durante o certame sem constar da proposta.

— QUESTÃO 47 —

Dentre todas as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/1993, a considerada mais simples é

- (A) a concorrência.
- (B) o concurso.
- (C) o convite.
- (D) a tomada de preços.

— QUESTÃO 48 —

De acordo com o artigo 45 da Lei 8.666/1993, quais são os critérios para o julgamento de propostas no processo licitatório?

- (A) Melhor preço, melhor técnica, melhor técnica e preço, e maior lance ou oferta.
- (B) Menor preço, maior acompanhamento, melhor fiscalização, menor preço e maior acompanhamento.
- (C) Melhor preço, durabilidade, agilidade na entrega, melhor preço e agilidade na entrega.
- (D) Melhor preço, empresa habilitada, agilidade na entrega, melhor preço e agilidade na entrega.

— QUESTÃO 49 —

Qual é o ente responsável pela iniciativa do planejamento orçamentário no Brasil?

- (A) Legislativo.
- (B) Judiciário.
- (C) Tribunal de Contas.
- (D) Executivo.

— QUESTÃO 50 —

Qual é a função das diretrizes orçamentárias?

- (A) Postergar a definição de prioridades e de escolhas para garantir a liberdade e a autonomia municipal ao longo dos quatro anos de mandato do Executivo, a fim de que atenda as demandas mais urgentes dos cidadãos e garanta agilidade ao serviço público.
- (B) Estabelecer ligação entre o plano plurianual e a lei orçamentária anual, cumprindo o papel de balanceamento entre a estratégia traçada pelo governo e as reais possibilidades que se apresentam ao longo de sua gestão.
- (C) Instituir as diretrizes do orçamento, independentemente do plano plurianual, mas dependente das leis municipais e leis orçamentárias dos anos e governos anteriores, para que elas sejam inter-relacionadas e não prejudiquem o andamento do serviço público.
- (D) Determinar as diretrizes do orçamento de acordo com a lei orgânica municipal e de acordo com as exigências do chefe do Poder Legislativo, independentemente do plano plurianual, cumprindo as exigências do governo local.

— QUESTÃO 51 —

A capacidade política de governar, que é resultante da relação da legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade, é chamada de:

- (A) governabilidade.
- (B) popularidade.
- (C) capacidade.
- (D) disciplinabilidade.

— QUESTÃO 52 —

Segundo José Matias-Pereira (2007), o conceito de governança mais utilizado na atualidade é o do Banco Mundial. De acordo com esse conceito, o que é governança?

- (A) É o investimento social a ser feito por um governo, a fim de reduzir as desigualdades sociais.
- (B) É a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento.
- (C) É a apresentação dos gastos públicos aos cidadãos, a fim de que eles fiscalizem tais atos.
- (D) É a forma usada pelo governo para prestar contas de seus atos à sociedade, a fim de apresentar seus investimentos e suas realizações para controle externo.

— QUESTÃO 53 —

O que é *accountability*?

- (A) É o conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo maior transparência e exposição pública das políticas públicas.
- (B) É a forma como o Estado gerencia seus recursos e define as prioridades de investimento, garantindo as atenções primárias em saúde, educação e segurança pública.
- (C) É um mecanismo jurídico pelo qual o governo passa a ter a obrigação de executar sua atividade governamental na busca de realização das mudanças necessárias para alcançar o desenvolvimento econômico e social.
- (D) É uma proposta técnica consistente para a execução de políticas, contribuindo para organização do serviço público em termos quantitativos e qualitativos, cuidando de sua organização econômico-financeira e social.

— QUESTÃO 54 —

A política fiscal do Estado se orienta tanto para a política tributária quanto para a política orçamentária. O que é a política tributária do Estado?

- (A) É a política que se refere especificamente aos gastos, ou seja, à forma de aplicação dos recursos, levando em consideração a natureza e as atribuições do poder público.
- (B) É a política que define o Estado como estimulador do desenvolvimento econômico, bem como a capacidade e a disposição para o seu financiamento pela população.
- (C) É a política que se materializa na captação de recursos para atendimento das funções da administração pública, por meio de suas distintas esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- (D) É a política orçamentária do governo, que visa a redistribuição de renda e a aplicação dos recursos públicos em programas sociais e de geração de emprego e renda, para determinada parcela da população.

— QUESTÃO 55 —

O governo empreendedor foi muito difundido na década de 1990, principalmente pelas ideias de Osborne e Gaebler no livro *Reinventando o Governo*, de 1995. Quais são as características de um governo empreendedor?

- (A) Atendimento e aumento das necessidades burocráticas do Estado, visando afastar as disfunções e cumprir as regras.
- (B) Pretensão de controlar a economia, possuir empresas e concentrar-se no fazer em ampla escala, sem a parceria da sociedade civil.
- (C) Realização de todas as demandas sociais, de maneira ampla, sem o envolvimento da sociedade civil.
- (D) Transferência de determinadas ações de governo à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão ao invés de servi-lo, visando atendê-lo como a um cliente.

— QUESTÃO 56 —

Qual é o princípio fundamental da administração pública que torna obrigatória a divulgação de atos, contratos e outros instrumentos celebrados por ela, direta, indireta ou fundacional, para conhecimento, controle e início de seus feitos?

- (A) A eficiência.
- (B) A lisura.
- (C) A impessoalidade.
- (D) A publicidade.

— QUESTÃO 57 —

Sem receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o que o Poder Legislativo deve considerar como proposta orçamentária?

- (A) A estimativa de receitas.
- (B) A estimativa de despesas.
- (C) A lei de orçamento vigente.
- (D) A simulação de créditos da Fazenda Pública.

— QUESTÃO 58 —

O controle da execução orçamentária pelo Poder Legislativo tem como objetivo:

- (A) verificar a probidade da Administração Pública.
- (B) acompanhar a elaboração do parecer técnico do Tribunal de Contas.
- (C) encaminhar a execução orçamentária do Poder Executivo ao Poder Judiciário.
- (D) executar as despesas do planejamento orçamentário para prestação dos serviços aos cidadãos.

— QUESTÃO 59 —

Em que periodicidade o Poder Executivo prestará contas ao Poder Legislativo?

- (A) Anualmente, respeitando o prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.
- (B) Bienalmente, respeitando o prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.
- (C) Trienalmente, após a execução de todas as despesas empenhadas e arrecadação de todas as receitas previstas.
- (D) Quadrienalmente, ao final de cada mandato, respeitando o prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

— QUESTÃO 60 —

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, a lei do orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de anualidade, de unidade e

- (A) de utilidade.
- (B) de universalidade.
- (C) de equidade.
- (D) de praticabilidade.